



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 19/2020

----- Aos vinte cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cando, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Quando eram dez horas, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº **15/2020**, referente à reunião ordinária de vinte e quatro de julho de dois mil e vinte. -----

----- Aprovada a ata nº 15/2020, **por unanimidade** dos presentes com direito a voto sete presenças. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Três milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e seis euros e sessenta centavos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e sessenta e quatro mil, trezentos e catorze euros e cinquenta e cinco centavos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- Agradecimento de Apoio Financeiro - Centro Social Paroquial de São João Baptista. -----

----- Informação de Utilização do Terminal Rodoviário de Rio Maior. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e fez uma breve intervenção sobre os mesmos. -----



----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção informando que na Zona Industrial existe um buraco há algum tempo que se encontra protegido com grades, no entanto questionou o Executivo se havia algum constrangimento para o assunto ainda não ter sido resolvido. -----

----- Continuou dizendo que no Cemitério de Rio Maior havia um conjunto de campas levantadas que se encontravam colocadas nos passeios provocando algum constrangimento para quem passa, questionando o Executivo sobre esta questão. -----

----- Falou também sobre o início do ano letivo, referindo que em Rio Maior os casos de infeção COVID têm vindo a aumentar e referiu ter conhecimento de um caso no Colégio Águas Férreas, questionando o Executivo sobre o início do ano letivo o como estão a ser implementadas as medidas de mitigação desta doença nas escolas. -----

----- Disse que Rio Maior era conhecida pela “marca” do Desporto e a pratica de atividade física desportiva assume atualmente e neste contexto da pandemia uma importância muito relevante porque as pessoas que praticam desporto ficam mais “fortes” com mais defesas, para mitigar esta doença. Continuou informado que no setor Desportivo tem havido uma abertura que permite a prática da atividade física e desportiva, bem como competições, ainda que sem público a assistir, de acordo com as orientações emanadas pela Direção Geral da Saúde. Informou também que havia duas orientações, uma no âmbito da prática desportiva informal como é o caso dos ginásios e outra para as atividades que estão sob a competência das Federações com estatuto de utilidade pública. Disse ainda que Rio Maior tinha uma grande oferta e participação desportiva sobretudo nas camadas mais jovens e que era importante continuar a incentivar e a desmistificar a pratica desportiva, tomando todas as medidas de segurança. -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao próximo ato Eleitoral para a CCDR Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, saudando a decisão que o



Governo tomou com esta alteração da Lei da orgânica de funcionamento das CCDR(s), criando assim uma legitimidade democrática de Governação Territorial, e, embora se possa discutir e questionar alguns aspetos da Lei, mas fundamentalmente deverá a iniciativa ser enaltecida e felicitada. Disse ainda discordar da dissonância em que Rio Maior e todos os Municípios da Lezíria do Tejo e os Municípios do Oeste se encontram porque se aproxima um quadro de absoluta importância para a gestão dos Fundos Comunitários e sabendo que as CCDRs são as instituições que fazem a gestão do seu território e a aplicação desses Fundos Comunitários, verifica-se uma dissonância entre o que é o território no âmbito dos Fundos Comunitários e o território administrativo protocolado. A votação foi para um candidato da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo que não gere Fundos Comunitários do território onde o concelho se insere, considerando que o concelho pertence ao Alentejo, por conseguinte, dever-se-ia votar para o candidato à CCRD do Alentejo, opinando que os políticos da Lezíria do Tejo e do Oeste, deveriam fazer um boicote a este ato eleitoral porque está “ferido de morte”. -----

----- Neste sentido e uma vez que os políticos da Lezíria do Tejo defendem o PROT Oeste e Vale do Tejo “Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo” e a criação de uma (**NUTS 2**) (Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) Oeste e Vale do Tejo a norte da Cidade de Lisboa, então este seria o momento certo para reforçar essa manifestação de vontade. -----

----- Continuou referindo que a Escola Profissional não tem conseguido maximizar e aproveitar algumas oportunidades que tem surgido, nomeadamente o eixo da internacionalização, no entanto disse que tinha conhecimento que a referida escola tinha estabelecido um protocolo com uma organização não Governamental, uma ONG Guineense que permitirá a vinda de alguns alunos para integrar e reforçar o arranque deste ano letivo, questionando o Executivo se havia alguma informação que pudesse ser partilhada e saudou também esta iniciativa que deve continuar. -----

----- Disse também que o eixo da internacionalização e da formação profissional também deve ser concretizado, porque em Rio Maior não existe nenhuma instituição a administrar Formação Profissional e nesta fase de dificuldades económicas e sociais, com o desemprego a crescer, opinou que uma das medidas cruciais de apoio às



Empresas e aos trabalhadores que estão em lay off e aos novos desempregados passa também pela requalificação e formação profissional. -----

----- Continuou referindo que foi lançado um concurso no âmbito do POISE, Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego em que as instituições se podiam candidatar, questionando se o município de Rio Maior ou a Escola Profissional tinham apresentado alguma candidatura para estes projetos de formação para os próximos dois anos, opinando que a Escola Profissional é a entidade fundamental para desenvolver este vetor da Formação Profissional. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que as quatro escolas de Rio Maior apresentaram candidaturas ao Selo da Sustentabilidade Ambiental Eco Escolas, no entanto só duas foram galardoadas. Questionou o Executivo se tinha alguma informação sobre este assunto e qual o motivo das outras duas escolas não terem sido galardoadas. -----

----- Questionou ainda o Executivo sobre os eventos programados para o dia Mundial do Turismo, para a semana Europeia da Mobilidade e também para as Jornadas Europeias do Património, considerando que todos os anos a Direção Geral do Património assinala estes dias. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a sua Intervenção respondendo às questões colocadas pela Vereadora Vera Simões relativamente ao “buraco” existente na rotunda grande da Zona Industrial e informou que se trata de um abatimento de terras que já foi reparado várias vezes, porque as manilhas da conduta de águas pluviais descolaram-se e descolaram-se umas das outras, situação grave que implica uma intervenção profunda, porque irá condicionar a circulação automóvel na rotunda. Informou que esta intervenção terá início em breve. -----

----- Relativamente às pedras das sepulturas no cemitério de Rio Maior, disse que as mesmas são resultantes de exumações recentes ou novas inumações em sepulturas perpetuas e são deixadas junto da zona onde são levantadas devido à sua fragilidade, no entanto não deveriam ficar junto às zonas de passagem e para melhorar esta situação irão ser criados espaços em cada talhão para a sua colocação. -----

----- Quanto ao início do ano letivo, disse que a sua preparação foi feita de uma forma



bastante séria e politicamente preocupada, com pré-visitas às escolas com o acompanhamento da Proteção Civil, da área da Educação, Saúde e com os Diretores das escolas, para identificar necessidades, definir circuitos e verificar quais as medidas necessárias a implementar. Disse ainda que a Câmara Municipal custeou toda a sinalética colocada nas escolas no sentido de implementar os melhores circuitos e as medidas sanitária mais adequadas. Concluiu dizendo que o início do ano letivo ocorreu sem perturbações, no entanto se as pessoas não cumprirem com as regras definidas será sempre muito difícil controlar o aglomerado à entrada das escolas e nos transportes públicos, e por muitas medidas, indicações e ações de sensibilização que o setor público tome será sempre muito difícil se as pessoas não cumprirem. -----

----- Ainda no âmbito do início do ano letivo disse que foram reorganizados espaços, com entradas e saídas desfasadas, espaçamentos dentro das salas de aulas, assim como os espaços de recreio também foram definidos. Disse ainda que a comunidade escolar, em conjunto com o Município, e com a participação de algumas freguesias, nas zonas mais rurais, criaram as condições para que se possa ter um ambiente escolar o mais seguro possível, no entanto será sempre necessário monitorizar e corrigir comportamentos. -----

----- Disse que no Colégio Águas Férreas, um instituto privado que tem creche, infantário e 1º ciclo, houve um caso de COVID positivo, no entanto fez um agradecimento publico à proprietária, que teve um comportamento exemplar, acrescentando que no próprio dia entrou em contacto com a Câmara Municipal, com todos os encarregados de educação e funcionários, pressionando os serviços de saúde para se testar todas as crianças da sala, funcionários e familiares. Disse ainda que a instituição foi completamente transparente e muito correta com a comunidade de Rio Maior. Ainda sobre esta situação informou ser um caso estranho porque os pais da criança, as crianças da sala, funcionários e familiares todos testaram negativo. -----

----- Ainda no uso da palavra fez um agradecimento público à Vereadora Vera Simões pela simpatia, cooperação e disponibilidade que tem tido com a Câmara Municipal, considerando que sempre que há novas diretrizes, a mesma dá de imediato conhecimento à Câmara Municipal, permitindo assim antecipar algum trabalho. Sobre os desportos coletivos disse que será muito difícil conseguir trabalhar com estas novas regras, no entanto os treinadores terão de se adaptar a novos métodos de treino.



Disse concordar inteiramente com a Vereadora Vera Simões considerando que os escalões de formação são importantíssimos para transmitir valores e que o treino ainda que com todas estas condições, é útil para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. -----

----- Continuou respondendo às questões colocadas pelo Vereador Daniel Pinto, dizendo que no âmbito da mobilidade Rio Maior não tem tido comemorações, referindo que o trabalho da mobilidade está a ser feito com trabalho de rua, nomeadamente com a construção das ciclovias e o abaixamento dos lancis nas passadeiras a fim de proporcionar a todas as pessoas com mobilidade reduzida uma melhor qualidade de vida na cidade de Rio Maior. -----

----- Sobre o ato Eleitoral da CCDR, informou que iria decorrer no dia treze de outubro e disse que corroborava as palavras do Vereador Daniel Pinto, dizendo que Rio Maior tinha uma estranha ligação com as CCDRs, porque vota para a CCDR de Lisboa, administrativamente e territorialmente trata tudo com a CCDR de Lisboa, negocia fundos e recebe os Fundos da CCDR Alentejo e também tem alguns serviços na CIM Oeste (Comunidade Intermunicipal do Oeste), dizendo que esta situação é muito boa e importante para algumas coisas mas é muito difícil para outras situações. Saudou os candidatos às CCDRs, independentemente das suas simpatias partidárias, e espera que Rio Maior mantenha a boa relação que tem tido com as CCRs do País. -----

----- Continuou referindo que esta tentativa de democratização das CCDRs lhe parecia útil, embora o processo apresente algumas fragilidades, contudo o início desta democratização parecia-lhe importante para que as pessoas percebam que neste poder intermedio existe Democracia. Disse ainda que o facto do Vice-Presidente ser nomeado pelo Governo lhe fazia sentido, porque as CCDRs são dos organismos mais importantes do País no planeamento, desenvolvimento e execução de medidas, opinando que um Governo que define um plano para o País sem poder ter voz ativa na CCDR, seria fragilizar a intenção de desenvolvimento e o programa eleitoral do Governo. -----

----- Sobre a Organização do Território disse que a CIM está de forma una a trabalhar naquilo que será a possibilidade de fazer um investimento territorial integrado que abranja a zona do Médio Tejo, Lezíria e Oeste, no sentido de ter um programa operacional próprio onde as Câmara Municipais possam participar ativamente na definição de políticas para os seus territórios. -----



----- Relativamente à Escola Profissional referiu que o trabalho está a ser feito, com a internacionalização de alunos dos Palops e formação de ativos que é um caminho que a escola deve continuar. -----

----- Terminou a sua intervenção com um lamento relativamente ao COVID, dizendo que em cinco dias duplicaram os casos no concelho de Rio Maior, duplicação esta que deve preocupar qualquer pessoa e a quem tem responsabilidades na gestão do território e saúde deve preocupar muitíssimo. Disse ainda que enquanto autarca e responsável máximo da Proteção Civil do concelho de Rio Maior, manifestava um descontentamento muito grande em relação à saúde que é claramente insuficiente, referindo que o Delegado de Saúde está de férias estando a ser substituído por uma Delegada de Saúde de Santarém. Acrescentou que havia constante necessidade de falar com o Delegado de Saúde e pelas mais diversas razões isso não era possível, falha esta que tem existido constantemente entre o Município e a Saúde. Informou que no início do ano letivo esta situação não aconteceu, o Delegado de Saúde foi uma pessoa participante, mas na gestão do dia a dia da Pandemia é muito importante haver uma ligação entre o Município e a Saúde que não tem acontecido. Referiu-se à proteção de dados que garante algumas mais valias, mas que nesta fase também provoca alguns dissabores, porque é necessário acompanhar o histórico epidemiológico, opinando que a Saúde está a falhar com os Presidentes de Câmara. -----

----- Continuou dizendo que o Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior repudia a falta de informação porque não permite que a Câmara Municipal exerça todos os direitos e deveres para controlar esta situação, disse que era uma fragilidade do sistema que se está a corrigir. Referiu que era ainda mais grave que a listagem de pessoas que estão obrigadas a confinamento e que é enviada à GNR - Guarda Nacional Republicana, para confirmar os confinamentos, lhe chegue com quatro dias de atraso. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo-se às palavras do Vereador Daniel Pinto relativamente ao dia do Turismo e disse que era importante festejar esta data especificamente este ano, considerando todo o trabalho desenvolvido. Assim, informou que para este dia foram organizados Workshops e animação nas Salinas de Rio Maior, no entanto os lojistas solicitaram que o município não avançasse com esta iniciativa, porque o espaço não comporta mais turistas, sobretudo aos Domingos, assim o Executivo decidiu assinalar este dia com a oferta de um “miminho” aos turistas



que visitam o concelho. -----

----- Informou também que o Posto de Turismo nas Salinas de Rio Maior irá estar encerrado temporariamente por motivo de obras, em alternativa, o Posto de Turismo na Casa Senhorial estará aberto todos os dias. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que as obras no Posto de Turismo das Salinas, serão uma requalificação geral, sendo uma das adaptações a criação de uma casa de banho adaptada para deficientes que não existe nas Salinas. -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que todos os planos de contingência foram validados pelo Delegado de Saúde e pela DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares), no entanto a DGEstE, manifestou alguma preocupação relativamente ao afastamento e questionou os Diretores das Escolas sobre o envolvimento da Saúde nas escolas e nos vários Planos de Contingência e sobre quais as ligações que estavam estabelecidas, considerando que já estava tudo implementado, foi enviado para conhecimento do Delegado Regional, Dr. Francisco Neves. Sobre a contingência nas escolas referiu que está tudo dentro daquilo que é o esperado, regular. -----

----- Sobre a questão colocada pelo Vereador Daniel Pinto, relativamente à Bandeira Eco Escolas, disse que já foi iniciado um processo de comunicação com as escolas a fim de saber se estas pretendem candidatar-se ao “selo”. Continuou dizendo que a atribuição da bandeira pressupões uma serie de passos, sendo necessário implementar pelo menos dois terços do Plano de Ação, contudo, considerando os constrangimentos vividos, acredita que possam não ter sido cumpridas algumas das exigências e que isso possa invalida a atribuição do selo. -----

----- **CHEFE DE DIVISÃO FERNANDO COSTA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para informar que tinham sido pensadas algumas ações para comemorar as Jornadas Europeias do Património, nomeadamente com visitas ao Património local, no entanto, e tendo em consideração o aumento dos casos COVID-19, foi decidido pelo Executivo não avançar. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----



----- Iniciou a sua intervenção para falar sobre a Escola Profissional de Rio Maior, dizendo que era espectável que neste ano letivo houvesse uma diminuição do número de alunos, no entanto esta situação não se colocou porque houve um aumento significativo de alunos, vindos da Guiné através de um protocolo com a Associação. ---

----- Continuou esclarecendo que no ano passado já se tinham feito contactos para a vinda de alunos para a Escola Profissional, no entanto não foi possível reunir as condições necessárias. Este ano os alunos já estão matriculados, havendo contactos com a Embaixada de Portugal na Guiné, para serem emitidos os vistos, para que assim os dezoito alunos cheguem a Portugal. -----

----- Relativamente à formação não profissional de ativos e outros informou que a Escola Profissional está a fazer uma reestruturação interna para criar um departamento dirigido a essa área. Disse ainda que a Escola Profissional de Rio Maior já apresentou candidaturas às UFCD's, Unidades de Formação de Curta Duração, programa POISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego), para dezassete ações de formação em áreas de Comercio, Metalomecânica, Eletricidade e Energia, Contabilidade, Fiscalidade e Trabalho Social, estando a aguardar a sua aprovação. ---

----- Referiu que estão a ser realizadas reuniões com Empresas do Concelho de Rio Maior e está em preparação uma proposta para uma Empresa fazer formação de ativos específica. A Escola contactou também com o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Santarém onde foi equacionada a possibilidade de poder haver cursos na área oficial. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção parabenizando a Escola Profissional pelas iniciativas que tem tido. Disse que gostaria de obter mais informação sobre o protocolo com a Guiné, questionando se estes formandos têm uma bolsa de estudo do Governo Guineense, de que forma vai ser feito o alojamento dos alunos e se existe algum compromisso com a Autarquia em suportar o alojamento. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio para responder às questões colocadas pela Vereadora Ana Filomena Figueiredo, dizendo que segundo a legislação dos Fundos Comunitários esta não suporta o subsidio de alimentação para os alunos estrangeiros, sendo este custo imputado à Escola Profissional.-----



----- Sobre a Bolsa de Estudos disse não ter essa informação em concreto, no entanto, referiu que foi acordado com a Associação fazerem um pagamento que corresponderá ao valor de alojamento que se pratica em Rio Maior e a Escola comprometeu-se em ajudar na procura desse alojamento, para que os alunos quando chegarem possam já ter esse assunto resolvido. Sobre as despesas totais não possui informação de quem as vai suportar. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 54/2020 - CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2020/CCE PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PARA AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS CIRÚRGICAS E LUVAS – CCE DA CIMLT - ESCLARECIMENTOS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a ratificação do despacho n.º 54/2020, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 10 de setembro corrente, pelo qual se determinou: -----

----- Que o órgão Câmara Municipal, preste oficiosamente, os seguintes esclarecimentos sobre as peças do procedimento: -----

----- No Anexo I do Caderno de Encargos, relativo às Cláusulas Técnicas, ocorreu um evidente lapso de escrita, no que respeita às características das luvas a adquirir pelas Entidades Adjudicantes; -----

----- Onde se lê *“luvas de nitrilo ou de latex de borracha, que garantam boa barreira contra fluidos orgânicos, perfuração e contra químicos (desinfetantes/citotóxicos), sem pó, hipoalergénicas, de punho médio a alto, de modo a cobrir o punho das batas. Ergonómicas e confortáveis azuis, certificadas, descartáveis, com boa elasticidade, com boa resistência à perfuração, tamanhos S, M e L, Caixas com 100 unidades”* deve ler-se *“luvas de nitrilo, que garantam boa barreira contra fluidos orgânicos, perfuração e contra químicos (desinfetantes/citotóxicos), sem pó, hipoalergénicas, de punho médio a alto, de modo a cobrir o punho das batas. Ergonómicas e confortáveis azuis, certificadas, descartáveis, com boa elasticidade, com boa resistência à perfuração, tamanhos S, M e L, Caixas com 100 unidades”*; -----

----- Veja-se que, tendo em consideração o conteúdo das peças do procedimento, bem como a consulta preliminar ao mercado realizada, são sempre referenciadas, tão



só, luvas de nitrilo, sem qualquer referência a latex ou borracha, o que evidencia um mero lapso de escrita, que ora se esclarece, nos termos referenciados; -----

----- Nos termos do n.º 9 do artigo 50.º do CCP, os esclarecimentos prestados fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **DESPACHO N.º 55/2020 – EXECUÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO DA MOAGEM E REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE – ESCLARECIMENTOS | PRONÚNCIA SOBRE OS ERROS E OMISSÕES IDENTIFICADOS PELOS INTERESSADOS | PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS;** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a ratificar o despacho n.º 55/2020, exarado pela Senhor Vice-Presidente da Câmara no dia 14 de setembro corrente pelo qual se determinou: -----

----- A prestação dos esclarecimentos e a aprovação dos erros e omissões conforme proposto pelo júri do procedimento da empreitada “Execução da Requalificação da Moagem e Requalificação da Envolvente”, nos termos do art. 50.º do Código dos Contratos Públicos; -----

----- A aprovação das retificações às peças do procedimento da empreitada em apreço, nos termos da mesma disposição legal; -----

----- A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, pelo período de 8 (oito) dias contados da presente notificação aos interessados; -----

----- A publicitação imediata da decisão em plataforma eletrónica bem como à publicação de aviso em Diário da República. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com cinco votos a favor e **duas abstenções** dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- **DESPACHO N.º 56/2020 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TÁXI, PARA OS ALUNOS COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO – CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO LOTE 10 | APROVAÇÃO DOS AJUSTAMENTOS À MINUTA DO CONTRATO.** -----



----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 56/2020, exarado pela Senhor Vice-Presidente da Câmara no dia 17 de setembro corrente pelo qual se determinou: -----

----- A caducidade da adjudicação efetuada ao concorrente Auto-Taxi – Helena Carvalho Unipessoal, Lda, nos termos do o n.º 1 do art. 87.º-A do CCP, no que concerne ao Lote 10 Teira / EB Marinhas do Sal; -----

----- A aprovação dos ajustamentos à minuta do contrato conforme proposto pelos serviços; -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO II – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – ANO LETIVO 2020/2021 REVISÃO AO PROTOCOLO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE S. JOÃO** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar para o ano letivo 2020/2021, autorização para: -----

a) A prorrogação do Protocolo com a União das Freguesias de S. João da Ribeira e Ribeira de S. João (em anexo); -----

b) A alteração da alínea a) da cláusula 3ª do presente protocolo (minuta da alteração em anexo); -----

A realização da despesa no valor total estimado de 407,00 € (quatrocentos e sete euros) a transferir nos termos da Cláusula 3ª do Protocolo-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO III – PROJETO DE “REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DA OBRA DE RUY BELO” | CONSULTA PÚBLICA** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, **submeter** o projeto de regulamento a consulta pública, nos termos do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias úteis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----



----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Sobre o Ponto em discussão começou por dizer que na nota justificativa referir que a literatura é hoje, indiscutivelmente, parte integrante do Património Cultural, lhe parecia ser exatamente o contrário, porque a literatura sempre foi parte integrante do Património Cultural, o Património Imaterial, as expressões orais e tradições só recentemente foram consideradas Património Cultural e Imaterial. -----

----- Continuou manifestando o seu contentamento por haver finalmente o Regulamento e referiu que no Capítulo III, não tinha percebido se é o indivíduo que se candidata “per si”, apresentando o trabalho que fez, ou se é necessário apresentar um trabalho em desenvolvimento ou não, no âmbito da obra Ruy Belo, considerando que a “Bolsa de Investigação será atribuída a alunos de Estabelecimentos de Ensino Superior com os quais a Câmara Municipal de Rio Maior estabeleça acordos de parceria mediante convite da Autarquia ou proposta desse estabelecimento”, ou seja, tinha dúvidas se primeiro o estabelecimento se propõe e posteriormente os alunos candidatam-se, ou se as candidaturas são feitas “per si” e mediante a premência do tema abordado é o Município que entrará em contacto com o Estabelecimento de Ensino Superior onde o aluno esteja a desenvolver trabalho.-----

----- Sobre o objetivo da bolsa, questionou o que se iria ver em concreto, se era a publicação de uma obra, ou de um trabalho e qual a mais valia para o Concelho de Rio Maior. -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Interveio, dizendo que em dois mil e cinco, no âmbito da criação do programa Político para as Eleições Autárquicas do Partido Socialista, tinha tido a oportunidade de participar nesse grupo de trabalho, onde defendeu a integração no programa a criação do prémio Poeta Ruy Belo, a recuperação da casa e toda esta dinâmica à volta do Ruy Belo. Disse que passaram quinze anos e que se sentia feliz por se ter chegado a este ponto, esperando também que não houvesse nenhum retrocesso como já houve no passado. Continuou dizendo que em dois mil e oito foi criado o prémio, tendo havido uma primeira edição, no entanto com a tomada de posse da Dr.^a Isaura Moraes esse processo não teve continuidade e o prémio foi extinto. Continuou dizendo que ano após ano foram-se perdendo oportunidades, porque a Câmara Municipal nestes quinze anos não esteve à altura das suas responsabilidades ao nível da Política Cultural do Concelho de Rio Maior, neste capítulo específico da literatura.-----



----- Recordou que o poeta Ruy Belo faleceu em Queluz, Município de Sintra e que em dois mil e dezassete a Vereadora Ana Filomena Figueiredo teve a oportunidade de reunir com a Câmara Municipal de Sintra, sabendo a influencia que esta Câmara Municipal tem a nível cultural, opinando que teria sido ótimo Rio Maior ter tido a capacidade de dinamizar um projeto conjunto, considerando ter sido mais uma oportunidade perdida. -----

----- Continuou referindo que iriam existir dois prémios Poeta Ruy Belo, em Portugal, dizendo que não fazia sentido e considerou ser uma vulgarização do prémio. Opinou que devia existir uma união e uma coesão de esforços nesta área, manifestando a sua tristeza por não se ter conseguido materializar essa parceria com a Câmara Municipal de Sintra. -----

----- Terminou a sua intervenção parabenizando a Câmara Municipal de Rio Maior pela iniciativa que finalmente chega a bom termo e que a Câmara Municipal tenha a capacidade de fazer uma boa gestão deste projeto que se subdivide em dois capítulos “O Prémio Nacional Poeta Ruy Belo” e a “Bolsa de Investigação do Poeta Ruy Belo”. Disse que sobre o prémio pouco tinha a acrescentar, apenas comentou o exposto no nº 2 do art.º 5º, “ O tema terá de incidir sobre o tema vida do Rui Belo a sua obra o Concelho de Rio Maior ou a sua região em que este ultimo de integra”, disse que tinha duvidas sobre esta questão porque no Regulamento no capítulo da “Bolsa de Investigação” está a ser estudado o autor com um trabalho académico, sobre o prémio nacional do Poeta Ruy Belo e fechar-se sobre a temática da sua vida disse ser redutor e difícil que existam candidaturas em qualidade e em quantidade a esse nível e que também se deveria definir o valor pecuniário. -----

----- Disse ainda que tinha em sua posse um livro do Poeta Ruy Belo e leu um dos poemas intitulado “Ó as casas as casas as casas”. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a intervenção da Vereadora Ana Filomena Figueiredo relativamente à nota justificativa do Regulamento disse que a mesma não deixava dúvidas e que tinha ficado claro que iriam ser celebrados protocolos entre a Câmara e as instituições e a partir daí seria aberto o período para se poder candidatar pessoas aos trabalhos. -----

----- Referindo-se às expressões que o Vereador Daniel Pinto utilizou onde referiu que os últimos quinze anos foram um tempo perdido, salientou que o tempo não foi perdido, pelo contrário, foi ganho e utilizado noutros setores da atividade de Rio



Maior.-----
----- Ainda no uso da palavra referiu que se “o fracasso foi enorme”, acreditava que hoje o “sucesso também era enorme” dizendo que interpretava as palavras do Vereador como um elogio, acrescentando ainda que ficava contente pelo facto de estarem todos agradados que neste momento Rio Maior estava a viver um sucesso enorme. -----

----- Continuou dizendo que a vitória da Coligação Juntos pelo Futuro, nas Eleições Autárquicas de dois mil e nove podem ter tido uma fragilidade neste ramo, mas tiveram outras vitórias no âmbito cultural e noutras áreas. -----

----- Disse também não aceitar a opinião do Vereador Daniel Pinto que afirmou que a nível cultural e literário tinha sido um fracasso total, considerando que esta afirmação é diminuir o trabalho que foi feito pelas Vereadoras Sara Fragoso, Ana Filomena Figueiredo e agora pela Vereadora Leonor Fragoso, que estiveram à frente da Cultura em Rio Maior, dado que conseguiram conquistas importantes para Rio Maior. -----

----- Continuou dizendo que não concordava com a opinião do Vereador Daniel Pinto, porque seria diminuir o trabalho realizado pela Fundação António Quadros, assim como todas as publicações que o Município e os autores Riomaioreses editaram, e toda uma história que se fez durante onze anos de trabalho. Acrescentou que relativamente a Ruy Belo poder-se-ia ter feito mais, porque acredita que se pode fazer sempre mais e melhor. -----

----- Concluiu dizendo que o Executivo também está muito satisfeito e este vetor é muito importante para a cultura e para o turismo e assim se poder catapultar Rio Maior nas mais diversas áreas. -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Interveio para manifestar o seu desagrado por ouvir um Vereador associar Rio Maior a uma “formiga” e dizer “fracasso de iniciativas”, opinando que o cargo que ocupam “obriga” um cuidado na escolha das palavras, porque o trabalho que hoje defende e que no passado outros defenderam, sempre foi em prol do bem comum. Houve de facto uma iniciativa que ficou à espera de dias em que fosse prioridade ou que surgisse a janela da sua oportunidade, no entanto outras iniciativas foram tomadas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV – PRESCRIÇÃO DE DÍVIDA – ANULAÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL** -----



----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é **aprovar** a anulação das respetivas guias e certidões de dívida, bem como determinar a extinção e o arquivamento dos processos de execução fiscal curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva”, prevista na alínea b) do artigo 39º do Decreto-Lei nº 21/2019, a exercer no ano letivo de 2020/2021. -----

-----INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO V – CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM DE RIO MAIOR RODOVIÁRIA DO TEJO S.A - SUSPENSÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Interveio para esclarecer que a Rodoviária do Tejo S.A, solicitou à Câmara Municipal a suspensão de pagamento de taxas, no entanto e perante o enquadramento legislativo, onde prevê que as quebras teriam de ser necessariamente superiores a vinte por cento, considerando que estes pré requisitos não foram cumpridos a Câmara Municipal de acordo com os documentos disponibilizados informou que a proposta de deliberação é **aprovar** o indeferimento do pedido de suspensão do pagamento das taxas de utilização dos cais, escritórios e bilheteiras por não estarem cumpridos os pressupostos legais para o efeito. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Interveio parabenizando a Câmara Municipal pelo indeferimento solicitado. -----

----- Referiu ainda que também já tinha vindo para conhecimento do Órgão a conceção de terminais para expressos, no entanto tem-se constatado sistematicamente que a Rodoviária tem vindo a diminuir o número de horários para a Capital, para o Norte e para as Cidades das imediações de Rio Maior, referindo que Rio Maior esta a ficar cada vez mais isolada. -----

----- Referiu que os jovens que se encontram a estudar em Lisboa, Coimbra, Leiria e noutros locais, estão cada vez mais sujeitos a mais restrições. Continuou dizendo que gostaria que fosse feito um “pressing” junto das Entidades responsáveis, porque muito se fala em reduzir os transportes pessoais e usar mais os transportes públicos, com o que concordava na íntegra, no entanto, quem tem essa responsabilidade e apesar de



serem empresas privadas, não havendo publico que possa servir esse propósito e se não querem fazê-lo deveriam abrir a possibilidade a outros privados para o fazerem.---

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio dizendo que também sobrescrevia a intervenção da Vereadora Ana Filomena Figueiredo, porque não se pode implementar política verde de transportes coletivos diminuindo o transporte pessoal, uma vez que as condições que estão ao dispor das populações são insuficientes. Disse também que o Executivo teve de aprovar porque as condições contratuais assim o obrigavam, recordando as compensações que foram dadas à Rodoviária. Referiu ainda que nestes contratos “super-blindados” e defendidos os mínimos estão sempre garantidos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA – CORREIAS – OUTEIRO DA CORTIÇADA - PROC.º Nº 289/2018**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 11126 de 22/09/2020, e de acordo com o requerido, **certificar** que, se comprova a reunião de requisitos para efeitos de destaque de uma parcela com 3.280,00m2 do prédio descrito na CRP sob o n.º 489/19950808 e composto pelas inscrições matriciais, rústica com os artigos n.º 33 e 160 das secções H e I e urbana com o artigo n.º 1033, todos da união de freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO – CABEÇO CENTEIO – RIO MAIOR - PROC.º Nº 40/2020** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 11281 de 23/09/2020 e de acordo com o requerido, **certificar** que, parte do caminho/arruamento que atravessa o prédio, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 86 da secção AU da freguesia de Rio Maior, proveniente do artigo n.º 82 da mesma secção e freguesia, é um arruamento público, denominado por Rua Cabeço Centeio em Rio Maior. A restante parte considerada como servidão de passagem a



prédios encravados. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO VIII – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO – VALE DO ÓBIDOS – RIO MAIOR – PROC.º Nº 38/2020-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 11284 de 23/09/2020 e de acordo com o requerido, **certificar** que, o caminho que acede ao prédio inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 124 da secção AF da freguesia de Rio Maior, proveniente do artigo n.º 45 da mesma secção e freguesia, e identificado nas plantas apenas ao pedido, não é um caminho público, sendo considerado uma servidão legal de passagem (Servidão em benefício de prédio encravado). -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO IX – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO - VALE DO ÓBIDOS – RIO MAIOR – PROC.º Nº 96/2020 -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base parecer com o registo n.º 10951 de 21/09/2020, e informação com o registo n.º 3749, de 19.06.2020, e de acordo com o requerido, **certificar** que, o caminho que atravessa o prédio inscrito na matriz sob o artigo n.º 4341 da freguesia de Rio Maior, não é caminho público. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO X – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO - VALE DO ÓBIDOS – RIO MAIOR – PROC.º Nº 178/2020-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base parecer com o registo n.º 10962 de 21/09/2020, e informação com o registo n.º 9820, de 07.09.2020, e de acordo com o requerido, **certificar** que, o caminho/arruamento que atravessa o



prédio, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 80 da secção AF da freguesia Rio Maior, é um arruamento público, denominado por Rua Porto Sapato em Vale de Óbidos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PONTO XI – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO – ARROTEIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZAMBUJEIRA E MALAQUEIJO – PROC.º Nº 182/2020-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base parecer com o registo n.º 10954 de 21/09/2020, e informação com o registo n.º 10021, de 08.09.2020, e de acordo com o requerido, **certificar** que, a infraestrutura viária denominada por Rua Principal em Arroiteia - Malaqueijo, que atravessa o prédio inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 24 da secção 1Q da união de freguesias de Azambujeira e Malaqueijo, integra o domínio público. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PONTO XII - PEDIDO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA DE DIVISÃO DE PRÉDIO – AV. DOS COMBATENTES – RIO MAIOR – PROC.º Nº 63/2020. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base parecer com o registo n.º 10961 de 21/09/2020, e informação com o registo n.º 1339, de 12.03.2020, e de acordo com o requerido, **certificar** que, o arruamento público, denominado por Avenida dos Combatentes, separa fisicamente os prédios inscritos na matriz predial sob os artigos n.º 167 e 168 da secção AV da freguesia de Rio Maior, dos prédios inscritos sob os artigos n.º 191 e 192 da secção e freguesia referidas. -----

-----INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram onze horas e vinte sete minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____